

POTÊNCIAS DE UMA ANÁLISE À LUZ DAS FERRAMENTAS DE FOUCAULT SOBRE A PERMANÊNCIA DE PEDAGOGOS HOMENS NOS ANOS INICIAIS

Lucas de Oliveira Souza Mendes¹

Eixo 1 – Formação e Desenvolvimento Profissional Docente

Resumo: Este trabalho, desenvolvido como parte do processo avaliativo da disciplina Produção do Conhecimento em Educação, no âmbito do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, busca analisar de que modo as ferramentas teóricas de Michel Foucault podem auxiliar na investigação sobre a permanência de pedagogos homens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, o estudo parte de uma perspectiva pós-crítica, articulando conceitos como poder, discurso e disciplina e para problematizar os modos pelos quais as normas de gênero operam na constituição da docência nesse segmento educacional. A análise evidenciou que a presença masculina nessa etapa desafia normas socialmente instituídas que associam o cuidado e o ensino infantil ao feminino, gerando tensões e resistências. Conclui-se que as ferramentas foucaultianas, juntamente aos estudos de gênero, oferecem subsídios para compreender os mecanismos reguladores que operam na escola como espaço generificado.

Palavras-chave: Pedagogos homens; Permanência docente; Relações de poder; Gênero.

Introdução

Permanecer em uma carreira envolve diferentes etapas, cada uma com suas particularidades e desafios. Ao ingressar, o indivíduo se depara com as expectativas, os aprendizados iniciais e as primeiras experiências profissionais. Em seguida, surgem os desafios do cotidiano, que podem envolver desde questões estruturais e relações interpessoais até o desenvolvimento de habilidades e a adaptação às dinâmicas próprias da função. Assim, no contexto da carreira docente, a permanência diz respeito à continuidade e à estabilidade dos profissionais da educação que permanecem atuando, de forma consistente, em uma mesma escola, rede de ensino ou no próprio sistema educacional ao longo dos anos, que se dá como um percurso repleto de experiências e não como um caminho linear.

Sob essa perspectiva, a carreira docente se organiza a partir de um ciclo de vida profissional que se desenvolve de forma processual, podendo envolver “[...] patamares, regressões, becos sem saída, momentos de arranque, descontinuidades” (Nóvoa, 1992, p. 38). A compreensão da docência como um percurso dinâmico também é evidenciada por Veenman (1984), ao apontar que os docentes em início de carreira lidam, com frequência, com o choque de realidade, termo que expressa a diferença entre as expectativas construídas durante a formação e os desafios encontrados no exercício da docência. Esse choque não se limita a um episódio pontual, mas se configura como um processo contínuo de enfrentamento das demandas cotidianas da profissão, afetando tanto a dimensão pessoal quanto o desenvolvimento profissional desses sujeitos.

Percebe-se, desta maneira, que permanecer na carreira docente implica não apenas na superação dos diversos desafios que podem surgir ao longo do percurso, mas, principalmente, na relação de satisfação com a própria profissão.

Deste modo, Gomes, Nunes e Pádua (2019), ao analisar os fatores que contribuem para a permanência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental por meio de entrevistas com docentes que atuam nesta etapa, descrevem que alguns dos principais elementos que impactam diretamente para isso são: 1) a remuneração docente, que é apontada como um dos principais aspectos que impactam a valorização e a satisfação profissional, pois além de garantir melhores

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

condições de vida, reflete o reconhecimento social da profissão; 2) a existência de um plano de carreira que seja claro, acessível e efetivamente implementado, uma vez que ele proporciona estabilidade, desenvolvimento profissional e projeta perspectivas de crescimento na carreira, além de funcionar como mecanismo de valorização; 3) a avaliação de desempenho, que deve ser conduzida de forma justa, criteriosa e orientada para a melhoria da prática pedagógica, contribuindo para o desenvolvimento profissional, e não como instrumento de punição ou controle excessivo, o que pode gerar sobrecarga e adoecimento; e 4) as condições estruturais das escolas, que compreendem tanto a infraestrutura física quanto a disponibilidade de materiais e recursos pedagógicos necessários, fatores que são indispensáveis para a realização de um trabalho docente de qualidade e para a construção de um ambiente profissional digno e motivador.

Se, por um lado, os fatores estruturais e profissionais são determinantes para a permanência na carreira docente, por outro, é impossível ignorar outros fatores que também operam como um elemento central nesse processo, como o gênero dos docentes. Uma vez que, de acordo com o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2024, nos Anos Iniciais, 87,2% das docentes são do “sexo”² feminino e 12,8% do “sexo” masculino. Nota-se, ainda, que nesta pequena porcentagem estão inclusos profissionais de área, como professores de Educação Física e Artes (Brasil, 2025).

Em razão disso, a escassez de pedagogos homens nesta etapa de ensino torna o gênero uma categoria central a ser discutida em diversos aspectos, sendo a permanência um dos elementos diretamente atravessados por essa realidade.

Isto posto, ao lecionar nas etapas iniciais da Educação Básica, o pedagogo pode sofrer estranhamento por parte da comunidade escolar. Esse estranhamento surge da ativação de saberes sociais que vinculam, de forma naturalizada a docência ao cuidado, ao afeto e ao contato físico com crianças, que são práticas associadas ao feminino. Isso ocorre porque, historicamente, o trabalho com crianças pequenas é socialmente atribuído às mulheres, sendo percebido como uma extensão dos papéis de gênero³ que naturalizam o cuidado como uma função feminina.

Quando um homem ocupa esse espaço, ele rompe com essas expectativas e desafia os enquadramentos normativos de gênero, gerando desconforto e desestabilizando as referências dos sujeitos que compartilham desse imaginário, como os pais e responsáveis. Para recompor esses enquadramentos, surgem novos mecanismos de interpretação, muitas vezes atravessados por suspeitas sobre a sexualidade desses professores, que podem passar a ser classificados como homossexuais ou possíveis pedófilos (Fonseca; Ferrari, 2021).

Torna-se relevante também compreender por que os pedagogos que chegaram a atuar em sala de aula não permaneceram nessa etapa. Essa indagação encontra suporte na pesquisa de Lima (2018), que investigou as pretensões profissionais de 66 estudantes homens do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Durante a pesquisa, seis deles manifestaram interesse em atuar em sala de aula. No entanto, após oito anos, ao revisitá-los para continuar a pesquisa, observou-se que, ao contrário do esperado, apenas dois foram localizados. Ambos não estavam mais lecionando, mas atuavam em cargos de coordenação, um deles nos Anos Iniciais. Entre os fatores que contribuíram para a não permanência desses sujeitos na docência, a pesquisa revelou que “embora tenham tentado de alguma maneira atuar

² Embora o documento original utilize o termo “sexo” para distinguir homens e mulheres, neste trabalho adotamos a perspectiva dos estudos de gênero a partir de Judith Butler (2008; 2000), compreendendo os corpos não como entidades puramente biológicas, mas como construções sociais e culturais, moldadas por normas e discursos. Assim, optamos por trabalhar com a categoria analítica “gênero”.

³ Os papéis de gênero são construções sociais que atribuem funções, comportamentos e características específicas aos gêneros com base em expectativas historicamente construídas.

como docentes, houve resistência das escolas em aceitá-los, conduzindo os processos seletivos para o âmbito da atuação administrativa” (Lima, 2018, p. 7).

Contudo, é relevante destacar que esses educadores não estão necessariamente sujeitos, em todos os casos, a experiências negativas, podendo, inclusive, ter sua presença reconhecida como uma potência, como evidencia Mendes (2023, p. 25): “é possível superar estereótipos de gênero e estabelecer uma relação de respeito e cuidado com os alunos, independentemente do gênero do professor”. Porém, ainda que a atuação do pedagogo homem possa ser entendida como uma potência, essa valorização, muitas vezes, está ancorada em uma compreensão dicotômica de gênero, que associa às mulheres características como o cuidado materno e aos homens, a disciplina e a autoridade, conforme destacam Fonseca e Ferrari (2021, p. 8-9):

Ao mesmo tempo em que causa estranhamento e mesmo temor, também causa expectativa e agrado, uma vez que outro conhecimento e enquadramento vai definindo os homens como aquele [sic] que tem maior autoridade e mais capacitado para a disciplinarização. A partir do momento que conseguem convencer quanto a sua competência no exercício da docência, assim como afastar as ameaças de uma ligação entre as homossexualidades e a pedofilia, o gênero masculino passa a ser valorizado num modelo de disciplinarização que nos constitui.

Logo, a temática vem, progressivamente, ganhando visibilidade e relevância no campo da pesquisa em educação. Contudo, apesar dos avanços, ainda se configura como um campo incipiente, pouco explorado e que demanda maior aprofundamento empírico, teórico e metodológico. Bem como aponta Lopes (2023, p. 63-64), em sua dissertação que consiste em uma revisão de literatura acerca do tema, conclui que

Os resultados foram escassos para um estudo de retomada bibliográfica mais aprofundada, considerando a pequena produção científica sobre o tema nos programas de pós-graduação stricto sensu ao longo de uma década (2011-2021) – de menos de um trabalho por ano. [...] Assim, constata-se que, mesmo que os conteúdos sejam importantes para o cenário acadêmico contemporâneo, os estudos sobre professores homens nos anos iniciais do Ensino fundamental [sic] e sobre gênero e masculinidades na educação, principalmente nesta etapa de ensino, ainda são muito recentes.

Partindo dessas considerações, este trabalho, desenvolvido como processo avaliativo da disciplina Produção do Conhecimento em Educação, do Mestrado em Educação (PPGEdu/UFMS), tem por objetivo explorar as possibilidades analíticas, à luz da perspectiva foucaultiana, que emergem ao se investigar a permanência de pedagogos homens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem pós-crítica e compreendendo as relações de poder como dinâmicas, capilares e multifacetadas, ancorando-se nos escritos de Foucault (1996; 2006; 2008; 2014; 2024). Complementarmente, articulam-se os estudos de gênero e educação, especialmente os aportes de Butler (2000; 2008), Louro (1997) e Vianna (2001), que fornecem o arcabouço teórico central para articular essas relações.

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. Segundo Farias, Impolcetto e Benites (2020), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em seus contextos naturais, valorizando a subjetividade, os sentidos e a complexidade dos dados, que são analisados por meio de codificação e categorização. Ao mesmo tempo, configura-se como pesquisa bibliográfica por utilizar obras teóricas como principal fonte de dados. De acordo com Günther (2006) e Ferreira (2015), esse tipo de pesquisa interpreta

fenômenos sociais com base em documentos e referenciais teóricos já produzidos, o que está alinhado à proposta deste trabalho de revisitar e problematizar o campo já explicitado.

Logo, o texto é organizado em cinco seções. A “Introdução” apresenta o tema da permanência de pedagogos homens nos Anos Iniciais, destacando os desafios da carreira e a centralidade do gênero. A seção “As relações de poder na instituição escolar” discute a contribuição de Foucault para entender a escola como espaço atravessado por dinâmicas de poder. Em “Análise do discurso foucaultiana como estratégia de investigação”, aprofunda-se a noção de discurso como prática reguladora do saber e sua aplicação na análise de possíveis entrevistas com pedagogos homens. A seção “O gênero da docência” articula os estudos de Butler, Louro e Vianna para refletir sobre a performatividade e a normatividade de gênero na docência. Por fim, as “Considerações finais” retomam os principais pontos e apontam lacunas na produção sobre o tema.

As relações de poder na instituição escolar

Compreender as ideias de Foucault é um trabalho complexo e sujeito a equívocos, em parte porque o autor não oferece definições explícitas de seus conceitos em seus escritos. Utilizá-lo como referencial teórico exige mais do que simplesmente decodificar palavras, trate-se de ativar uma experiência cognitiva que demanda preparo e repertório para acessar o sentido de sua obra.

O autor não se preocupa em definir soluções ou categorizar o mundo de forma fixa. Seu objetivo é oferecer ferramentas e conceitos que permitam questionar, refletir e construir nossos próprios entendimentos. As categorias e definições, para ele, são sempre secundárias diante da necessidade de compreender os processos de construção do saber e como eles moldam a realidade. Conforme o próprio autor expõe:

Não tenho um método que aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é um mesmo campo de objetos, um domínio de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método (Foucault, 2006, p. 229).

A partir do exposto, longe de estabelecer um modelo de pesquisa foucaultiana, esta seção tem como objetivo apresentar algumas das potências de suas ferramentas teóricas, especialmente aquelas relacionadas às relações de poder e à disciplina, discutindo de que forma elas contribuem para a análise crítica das dinâmicas de poder que atravessam a docência.

Justifica-se, então, analisar a educação sob a ótica foucaultiana uma vez que

Os estudos de Foucault sobre a educação oferecem ferramentas de análise que inspiraram abordagens históricas, sociológicas e filosóficas que cobrem uma vasta gama de tópicos: genealogias dos alunos, estudantes, professores e conselheiros/orientadores; as construções sociais das crianças, da adolescência e da juventude; epistemologias sociais da escola em formas institucionais mutantes, bem como estudos sobre o surgimento das disciplinas e de sua relação com os regimes de disciplina e punição; estudos filosóficos sobre os conceitos educacionais que cresceram com o humanismo europeu, em especial nas formações do Iluminismo e especificamente kantianas – homem, liberdade, autonomia, punição, governo e autoridade. Em todos os casos, o arquivo foucaultiano apresenta uma abordagem para problematizar conceitos e práticas que pareciam resistentes a uma análise futura antes de Foucault, que pareciam, em outras palavras, institucionalizados, ossificados e destinados à repetição interminável na compreensão e nas interpretações

acadêmicas. Depois de Foucault, é como se tivéssemos de revisitar a maior parte das importantes questões relacionadas ao poder, conhecimento, subjetividade e liberdade na educação (Peters; Beasley, 2008, p. 21).

Com essa compreensão, é possível avançar para a análise das relações de poder. Foucault (2024) concebe o poder não como algo que se possui, nem como uma estrutura, instituição ou instrumento de opressão constante. Sua análise rompe com a ideia de que o poder emana de um centro soberano, como o Estado. Ao contrário, o poder é onipresente justamente porque circula e se produz nas relações, provindo de múltiplos pontos. Por isso, está presente em todas as esferas da vida social, dos espaços mais íntimos, como a família, às instituições mais complexas, como a escola. Como afirma o próprio autor, “[...] o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar, o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (Foucault, 2024, p. 112).

Deste modo, essas relações não são estáticas nem absolutas, mas sim dinâmicas, mutáveis e constantemente atravessadas por micro conflitos e resistências. O poder se exerce através de forma intencional a partir de técnicas, métodos e estratégias específicas, que variam de acordo com o contexto histórico, social e cultural. Assim, as relações de poder são, ao mesmo tempo, relações de enfrentamento e possibilidade de resistência, pois onde há poder, há sempre resistência. Consequentemente, o que se observa na sociedade não é uma dominação fixa e permanente, mas um movimento constante entre dominação e rebeldia, onde todos, em diferentes posições – seja pais e filhos, homens e mulheres, professores e alunos ou quem sabe e quem não sabe – exercem e sofrem o poder de formas diversas, mas nunca definitivas (Foucault, 2006).

Analizar o campo educacional a partir das relações de poder permite ao pesquisador compreender as dinâmicas plurais que atravessam a instituição escolar, considerando que a escola se configura como um espaço permeado por saberes e poderes, sendo especialmente evidente a atuação do “poder disciplinar”. Nesse contexto, Foucault (2014, p. 135) define as disciplinas como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]”. Por efeito desse processo, o corpo passa a ser alvo de uma lógica de poder que forma sujeitos dóceis, moldados para atender às demandas institucionais.

Alguns dos métodos pelos quais a disciplina é operada podem ser observados na organização dos indivíduos no espaço. Nas escolas, por exemplo, as carteiras são dispostas em filas, e a posição ocupada pelos alunos pode representar uma forma de classificação. Um aluno considerado indisciplinado, por exemplo, pode ser colocado na primeira carteira, sob a vigilância mais próxima do professor. A lógica das filas se estende também aos corredores, aos pátios e a outros espaços da escola. Além disso, há uma hierarquia definida nas classes, em que os alunos são organizados por idade, fazendo com que aqueles que repetem o ano se sintam deslocados. Soma-se a isso a “economia do tempo”, outro elemento central da lógica disciplinar, que organiza rigorosamente o cotidiano escolar por meio de horários, sequências de atividades, sinalizações sonoras e regras, definindo o que deve ser feito em cada momento e evitando qualquer forma de ociosidade (Foucault, 2014; Tragtenberg, 1985).

Essa forma de poder, no entanto, não é exercida somente sobre os alunos. Os professores também sofrem vigilância dos gestores escolares, tendo cuidado para que as normas específicas da escola e dos órgãos educacionais sejam cumpridas. O professor é submetido a uma hierarquia administrativa e pedagógica que o controla. Essa vigilância constante produz um efeito disciplinar que regula não apenas suas ações, mas também seus discursos, posturas e modos de ensinar, moldando sua atuação profissional dentro dos limites instituídos. Compreendemos, desta maneira, que o poder disciplinar permeia toda a estrutura escolar, instaurando uma rede

complexa de controles que configuram os papéis e as relações entre todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Como exemplo dessa vigilância sobre o corpo e as ações do pedagogo homem, que pode se manifestar de diversas maneiras, a pesquisa de Menezes (2022), realizada com esses sujeitos, revela que, em determinados momentos de suas trajetórias, surgiu a suspeita de abuso sexual e pedofilia. As acusações e insinuações ocorreram exclusivamente com base na desconfiança de que homens que trabalham em ambientes infantis teriam interesse sexual em bebês e crianças. Como não havia nenhuma base probatória mínima, tais insinuações não tiveram desdobramentos.

Diante do exposto, torna-se evidente que a instituição escolar não pode ser compreendida apenas como um espaço neutro de transmissão de saberes, mas como um campo intensamente atravessado por relações de poder, que produzem e regulam comportamentos. O olhar foucaultiano possibilita analisar essas dinâmicas muitas vezes naturalizadas, revelando como o poder opera, por meio de técnicas disciplinares que moldam tanto os corpos discentes quanto os docentes. Nesse cenário, a vigilância e a hierarquização tornam-se centrais na instituição “escola”. Reconhecer esses processos é fundamental para que se possam pensar formas de resistência e de criação de espaços educativos mais democrático, onde as relações de poder sejam constantemente interrogadas.

Análise do discurso foucaultiana como estratégia de investigação

Para Foucault (2008), o discurso não é apenas um conjunto de palavras ou um meio neutro de comunicação entre indivíduos. Ele o comprehende como um conjunto de práticas que sistematicamente formam os objetos de que tratam e, ao mesmo tempo, como enunciados atravessados por formações discursivas que expressam e organizam relações entre saber e poder. O discurso, portanto, não apenas reflete o mundo, mas o constitui, moldando o que pode ser dito, pensado e conhecido em determinada época e contexto social.

Outrossim, o discurso está submetido a regras, que determinam o que pode ser enunciado, quem pode enunciar e sob quais condições esse discurso é reconhecido como legítimo. Desse modo, é o discurso que constitui as práticas sociais, que não existem fora dos sistemas discursivos que as organizam. Então, não há discurso fora das relações materiais que o estruturam, ou seja, todo discurso está imerso em condições históricas, políticas e institucionais que moldam seus efeitos de sentido (Veiga-Neto, 2007).

Nesse processo, o discurso exerce também uma forma de violência ao nomear, classificar e delimitar, impondo uma ordem às coisas. Essa organização não é isenta de efeitos, ela exclui sentidos, silencia vozes e determina o que pode ser compreendido como legítimo. Assim, o discurso opera como um mecanismo regulador que define posições possíveis dentro de um campo e estabelece fronteiras entre o que é aceito e o que é descartado (Foucault, 1996).

Sob essa lógica, sob a luz de Foucault (1996; 2008) e Fischer (2001) a análise do discurso busca compreender como certas regras e regulações não apenas organizam o saber, mas também definem os limites dos campos discursivos, determinando o que pode ser reconhecido como válido, novo ou legítimo. Essa abordagem ultrapassa a análise da fala, incorporando também gestos, olhares, comportamentos e silêncios que revelam sentidos implícitos. Na prática, investiga os fatores que tornam certos conceitos inteligíveis e que constroem as fronteiras entre diferentes campos. Ao fazer isso, a análise do discurso expõe o desejo de classificar e organizar o mundo sob a aparência de compreensão, o que, na verdade, implica formas de controle. Em síntese, trata-se de desvendar os códigos que regulam o que pode ser dito, pensado e reconhecido como saber, delimitando categorias e disciplinas que estruturam os campos do conhecimento.

Logo, é potente utilizar a análise do discurso a partir das falas de pedagogos que atuam nos Anos Iniciais, porque possibilita identificar as relações de poder e saberes presentes em suas falas, compreender como esses sujeitos se subjetivam e de que forma explicam sua permanência na profissão, considerando os fatores que a influenciam. Uma vez que, a realidade desses profissionais é atravessada por discursos históricos e culturais que definem o que é normativo e o que é subversivo. Suas falas não emergem do vazio, mas refletem normatividades, resistências e reinvenções, elementos que revelam os significados mais profundos de suas experiências.

O gênero da docência

A articulação entre os estudos de gênero e as formulações foucaultianas revela-se fundamental, sobretudo a partir da obra de Judith Butler. Inspirando-se nas noções de construção discursiva propostas por Foucault e outros autores, Butler (2008) propõe uma compreensão do gênero como um construto performativo, ou seja, não como algo que se é, mas como algo que se faz. O gênero, nessa perspectiva, é produzido e reproduzido continuamente por meio da performance, sendo, portanto, passível de construção e desconstrução constantes.

Para a autora, tanto o sexo quanto o gênero são constituídos discursivamente, o que implica uma ruptura com a dicotomia tradicional entre natureza e cultura. Embora o feminismo tenha historicamente distinguido o sexo como dado biológico e o gênero como construção social, Butler desafia essa separação ao demonstrar que ambos são efeitos de práticas discursivas normativas. Assim, categorias como masculino e feminino não expressam essências naturais, mas são formadas e mantidas por estruturas de poder que visam à regulação dos corpos e das identidades (Butler, 2000).

Essa concepção do gênero como construção discursiva permite compreender como as normas que o constituem operam não apenas na esfera simbólica, mas também na materialidade dos corpos e dos comportamentos. O deslocamento da origem do gênero para os processos que o produzem abre caminho para a análise de como essas normas são mantidas, reforçadas e, eventualmente, subvertidas. É nesse ponto que a heteronormatividade se impõe como uma das principais forças reguladoras, sendo fundamental observar como sua repetição cotidiana garante a inteligibilidade dos sujeitos dentro de uma lógica binária e normativa.

De acordo com Cyfer (2015), a partir de Butler podemos compreender a heteronormatividade não como uma vivência privada da sexualidade, mas como um padrão público que regula comportamentos associados à masculinidade e à feminilidade. O reconhecimento social de alguém como homem ou mulher depende da repetição de atos que performam essas normas de gênero. Essa repetição cria a ilusão de uma essência natural masculina ou feminina anterior à vida social. A noção de gênero como performance implica também uma crítica performativa, como não há um gênero fora do poder, a resistência às normas de gênero se dá dentro do próprio campo normativo, por meio de ações que desestabilizam as regras que procuram fixar as identidades.

A partir do exposto, evidencia-se a presença de saberes que sustentam a ideia de que a docência nos Anos Iniciais deve ser exercida por pessoas do gênero feminino, reforçando a associação desse papel a características como o cuidado e a empatia, atributos considerados essenciais para a atuação docente nesse nível de ensino. Dessa forma, a pedagogia passa a ser socialmente vinculada à feminilidade, sustentando a expectativa de que as mulheres ocupem esse espaço.

No entanto, quando um homem assume o papel de educador, ele desafia essa normatividade. Por isso, as noções de performance de gênero sustentam a análise de como os pedagogos homens acabam se inserindo ou desafiando a normatividade do campo educacional na etapa explicitada por meio de sua presença nessa profissão. A ocupação de tais posições

podem ser vista como uma transgressão que desafia a ordem tradicional sem necessariamente criar uma nova, mas provocando questionamentos sobre as associações entre gênero e o trabalho docente.

Conforme aponta Louro (1997) a escola é um espaço generificado porque ela participa ativamente da construção e reprodução de normas e discursos sobre o que é ser homem ou mulher, atribuindo expectativas, comportamentos e papéis distintos com base no gênero. Ela fabrica sujeitos generificados por meio de práticas educativas que disciplinam os corpos, regulam as condutas e naturalizam diferenças que, na verdade, são construções sociais. Ela mostra que os discursos escolares, mesmo os mais banais e rotineiros, estão impregnados de valores que reforçam desigualdades de gênero, legitimando certas identidades e silenciando ou marginalizando outras.

A esse debate, somam-se as contribuições de Vianna (2001), que demonstra como a docência passou por um processo histórico de feminização que não se restringe à presença majoritária de mulheres, mas à própria construção simbólica da profissão como uma extensão do trabalho feminino. A autora aponta que a associação entre docência, cuidado e afetividade consolidou-se socialmente como uma prática naturalmente feminina, o que, por um lado, reforça estereótipos de gênero e, por outro, contribui para a desvalorização profissional do magistério. Essa construção produz tensões para os homens que atuam nesse campo, pois, ao ocuparem um espaço tradicionalmente vinculado à feminilidade, desafiam convenções.

Considerações Finais

Conclui-se, então, que a partir das ferramentas analíticas baseadas nas ideias de Foucault, como as relações de poder, a vigilância e a noção de discurso, torna-se possível lançar um olhar mais agudo sobre os mecanismos que permeiam a permanência de pedagogos homens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A escola, compreendida não como espaço neutro, mas atravessada por poderes e saberes, organiza comportamentos, molda corpos e impõem fronteiras normativas. Nesse contexto, o lugar do pedagogo homem emerge como um ponto de tensão, que desestabiliza ordens pré-estabelecidas e torna visíveis os modos como o poder circula e se inscreve nas relações cotidianas da prática docente.

A presença masculina nessa etapa da educação desafia normas que associam o ensino de crianças e o cuidado às mulheres. Tais desafios não se limitam a dimensões simbólicas, mas se expressam em experiências concretas de controle, suspeita e expectativa, acionadas por discursos historicamente sedimentados sobre gênero, masculinidade e docência. A análise permite compreender como essas experiências se articulam não apenas ao gênero, mas também a outras dimensões, como a estrutura institucional da escola, a lógica avaliativa do desempenho profissional e os discursos sociais sobre autoridade e afeto.

Por fim, este trabalho evidencia a importância de se ampliar o campo de estudos que investiga o tema. Trata-se de uma temática ainda pouco explorada, mas fundamental para repensar os modos como se organizam os espaços escolares e para construir formas mais plurais e justas de exercício da docência.

Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília, 2025.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2008.

CYFER, Ingrid. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 94, p. 41-77, 2015.

FARIAS, Alison Nascimento; IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; BENITES, Larissa Cerignoni. A análise de dados qualitativos em um estudo sobre educação física escolar: o processo de codificação e categorização. **Pensar a prática**, v. 23, 2020.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da educação. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 8, n. 2, p. 113-121, 2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 114, p. 197-223, 2001.

FONSECA, Thomaz Spartacus Martins; FERRARI, Anderson. Estranhamentos e homossexualidades: professores homens nos anos iniciais e educação infantil. **Retratos da Escola**, v. 15, n. 32, p. 521-535, 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico). Tradução de: L'archéologie du Savoir.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Estratégia saber e poder. Coleção: **Ditos e Escritos v. VI**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006: 223-40.---. Sobre a prisão. Microfísica do poder.(Org). Machado, R. Rio de Janeiro, Graal, p. 129-144, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 18. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2024. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (13. reimpr. 2024). Título original: Surveiller et punir. ISBN 978-85-326-0508-5.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006.

GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 100, p. 277-296, 2019.

LIMA, Maria da Conceição Silva. SOBRE PROCESSOS E ELEMENTOS PRESENTES NAS RECONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS DE PROFESSORES HOMENS NOS ANOS INICIAIS. **Educação e (Trans)formação**, v. 3, n. 1, p. 69-81, 2018.

LOPES, Luis Fernando Martins. **A presença de profissionais homens nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de revisão.** 2023. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, Três Lagoas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6648>. Acesso em: 1 jun. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: vozes, 1997.

MENEZES, Cíntia De Paula Borges. Professores homens na educação infantil: masculinidades, docência e desconstrução de lugares fixos. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 20, p. 74-90, 2022.

MENDES, Lucas de Oliveira Souza. **TRAJETÓRIA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL: HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UM PROFESSOR HOMEM NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2023.

NÓVOA, Antonio. Vidas de professores. **American Sociological Review**, v. 49, n. 1, p. 100-116, 1992.

PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. **Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional.** Artmed Editora, 2008.

TRAGTENBERG, Maurício. **Relações de poder na escola.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, v. 1, p. 68-72, 1985.

VEENMAN, Simon. Perceived problems of beginning teachers. **Review of educational research**, v. 54, n. 2, p. 143-178, 1984.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação.** 2. ed., 1. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 160 p. (Pensadores & Educação, v. 5). ISBN 978-85-7526-105-7.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos pagu**, p. 81-103, 2001.